



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior) FARMACÊUTICO

18 de agosto de 2019

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul.**
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

- 1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de
4 mensalidade.
- 5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de
8 matrícula em instituições públicas.
- 9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".
- 12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para
13 que uma decisão possa ser tomada".
- 14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.
- 16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie
19 o estudo de jovens de classes mais altas".
- 20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".
- 23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".
- 27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",
29 avalia.
- 30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".
- 33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um
36 retrocesso."
- 37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.
(B) os gastos públicos nas universidades.
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
 - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
 - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
 - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
 - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) *assunto* (linha 9).
 - (B) *forma* (linha 15).
 - (C) *alternativa* (linha 20).
 - (D) *polêmica* (linha 37).
 - (E) *tema* (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
 - (B) é inadmissível.
 - (C) precisa ser implementada.
 - (D) pode ser ilegal.
 - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
 - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
 - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
 - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
 - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
 - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
 - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
 - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8 O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
 - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
 - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
 - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9 A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
 - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
 - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10 De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A) I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B) I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C) I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D) I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13 Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.



- 14 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.



RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15 João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:
- João, você vai aonde?
- Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.
- João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.
- Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.
(B) João não foi ao cinema.
(C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
(D) João comprou o chocolate no shopping.
(E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16 Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.
(B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.
(C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17 Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.
(B) B.
(C) C.
(D) D.
(E) E.
- 18 Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.
(B) nono dia.
(C) décimo dia.
(D) décimo-primeiro dia.
(E) décimo-segundo dia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19 Em algumas situações clínicas, há a necessidade de administração de medicamentos por acesso venoso não usualmente utilizado. É o caso do acesso venoso central pela veia
- (A) cefálica.
 - (B) subclávia.
 - (C) basilica.
 - (D) safena.
 - (E) metatarsiana.
- 20 Após a ingestão de medicamentos por via oral, a alta taxa de absorção de medicamentos hidrossolúveis no trato intestinal permite que o primeiro órgão interno a iniciar o metabolismo seja a(o)
- (A) vesícula biliar.
 - (B) pâncreas.
 - (C) fígado.
 - (D) baço.
 - (E) rim.
- 21 O antimicrobiano isoniazida é acetilado pela enzima N-acetiltransferase 2, que permite que até 95% do fármaco sejam excretados 24 horas após a ingestão, o que é importante para o sucesso do tratamento porque os produtos intermediários que antecedem a acetilação são hepatotóxicos. Mutações no gene *NAT2*, responsável pela expressão dessa enzima, levam à formação de fenótipos de acetilação lenta, intermediária e rápida. Um paciente que seja identificado como acetilador lento da isoniazida
- (A) deve utilizar doses mais altas do fármaco, uma vez que o ritmo lento da acetilação tornará o fármaco ineficaz.
 - (B) deve ter a dose diminuída, pois a acetilação lenta promove a ineficácia do fármaco.
 - (C) poderá desenvolver hepatite medicamentosa e a dose terá que ser diminuída para evitar as reações adversas e manter as concentrações terapêuticas do fármaco.
 - (D) é um candidato ao sucesso terapêutico sem reações adversas, uma vez que o fármaco é acetilado lentamente, o que aumenta a eficácia do tratamento.
 - (E) precisa ter a dose diminuída, por conta do aumento da excreção do fármaco que pode levar à hepatotoxicidade.
- 22 As catequinas presentes no chá verde (*Camellia sinensis*) conferem propriedade antioxidante em virtude da
- (A) oxidação de compostos orgânicos.
 - (B) redução de elétrons da catequina.
 - (C) redução dos substratos da oxidação pelas catequinas.
 - (D) promoção da transferência de elétrons por parte de oxidantes.
 - (E) inibição da transferência de elétrons realizada por agentes oxidantes.
- 23 A mistura racêmica da talidomida, indicada no tratamento da hanseníase e de alguns tipos de câncer de medula, é responsável pelo(a)
- (A) ação teratogênica do medicamento.
 - (B) diminuição da ação lesiva em mulheres grávidas.
 - (C) controle dos efeitos adversos do isômero S pelo isômero R.
 - (D) diminuição do isômero S, considerado teratogênico.
 - (E) aumento do isômero R, considerado terapêutico.



- 24 Em um acidente automobilístico, o motorista sofreu parada cardíaca e no atendimento médico de emergência, entre outros procedimentos, foram administrados 3 mg de adrenalina EV até retorno dos batimentos cardíacos. A gasometria arterial realizada após os procedimentos mostrou baixa pCO_2 , que pode estar relacionada à(ao)
- (A) perda de bicarbonato típica da parada cardíaca.
 - (B) movimento reflexo de parada respiratória associado à parada cardíaca.
 - (C) hiperventilação instalada após o uso da adrenalina.
 - (D) mecanismo de compensação pulmonar para diminuir o pH.
 - (E) mecanismo reflexo de compensação renal para o equilíbrio do pH.
- 25 Um paciente do sexo masculino, 60 anos, portador de *diabetes mellitus* há 5 anos, fazendo uso de cloridrato de metformina 500 mg, procurou assistência farmacêutica para acompanhamento do tratamento. Apresentou os seguintes exames laboratoriais, realizados há 45 dias:
- Glicemia: 110 mg/dL (valor de referência: 70 a 100 mg/dL)
Hemoglobina glicada: 9,0% (valor de referência: < 7,0% para diabéticos)
- O farmacêutico solicitou que realizasse nova dosagem de hemoglobina glicada e glicemia para poder iniciar o acompanhamento farmacoterapêutico.
- Em relação à conduta do farmacêutico, é correto afirmar que a
- (A) dosagem de glicemia pode ser realizada no próprio consultório farmacêutico, mas a dosagem de hemoglobina glicada só pode ser realizada em laboratório de análises clínicas.
 - (B) dosagem de hemoglobina glicada considerada “padrão-ouro” para o diagnóstico laboratorial poderia ser solicitada, isoladamente, para o acompanhamento farmacoterapêutico.
 - (C) solicitação dos exames é inadequada, uma vez que foram realizados dentro do prazo de validade para o acompanhamento do paciente diabético.
 - (D) solicitação de hemoglobina glicada é inadequada porque a variação significativa após o tratamento só é notada após 3 a 6 meses.
 - (E) solicitação de exames laboratoriais é dispensável, bastando verificar as reações adversas e analisar os resultados de exames solicitados pelo médico.
- 26 No acompanhamento farmacoterapêutico de paciente adulto, 40 anos, sexo masculino, fazendo uso de dexametasona 4,0 mg, a reação adversa da superdosagem pode ser verificada na dosagem plasmática aumentada de
- (A) ureia.
 - (B) creatinina.
 - (C) HDL-colesterol.
 - (D) lipase.
 - (E) glicose.
- 27 No tratamento de doenças do sistema nervoso central relacionadas a pressões do cotidiano, são medicamentos ansiolíticos usualmente utilizados
- (A) clonazepam e diazepam.
 - (B) amitriptilina e imipramina.
 - (C) nortriptilina e fluoxetina.
 - (D) clorpromazina e haloperidol.
 - (E) risperidona e fentanil.



28 Um paciente do sexo masculino, 60 anos, portador de doença renal crônica, realizando hemodiálise três vezes na semana, manifestou quadro de enjoo e cefaleia antes da primeira hemodiálise da semana. Apresentava-se hipertenso e os exames revelaram:

Antes da diálise	Após a diálise	Valor de referência
Hemoglobina: 7,0 g/dL	10,0 g/dL	12 - 16 mg/dL
Ureia: 80 mg/dL	35 mg/dL	16 - 40 mg/dL
Creatinina: 3,0 mg/dL	1,8 mg/dL	0,6 - 1,2 mg/dL

Em relação a este caso, a variação dos exames laboratoriais pode esclarecer que

- (A) a sintomatologia podia estar relacionada à hiperuremia e à hipertensão, enquanto a baixa hemoglobina pode ser devida à baixa produção de eritropoietina e à hemodiluição.
- (B) o quadro sintomatológico é típico da anemia causada pela perda sanguínea renal, o que fica evidenciado com a melhora do quadro laboratorial após a diálise.
- (C) a anemia severa observada é revertida com a diálise que melhora a função renal e os demais parâmetros laboratoriais, enquanto a hipertensão é a responsável pela sintomatologia.
- (D) as dosagens de ureia e creatinina são as responsáveis pela sintomatologia, porém há erro na medição da hemoglobina, pois não se observa variação significativa em tão pouco tempo.
- (E) a sintomatologia é comum nesse tipo de paciente e não está relacionada, diretamente, a nenhum dos parâmetros laboratoriais.

29 A imunoglobulina que apresenta a estrutura molecular de um pentâmero é a

- (A) IgG.
- (B) IgM.
- (C) IgA.
- (D) IgE.
- (E) IgD.

30 No transporte de material biológico para a cultura de *Haemophilus*, *Pneumococcus*, *Salmonella*, *Shigella* entre outros micro-organismos, o meio semissólido, altamente redutor, isento de nutrientes, que inibe reações enzimáticas de oxidação é o meio de

- (A) Mac-Conkey.
- (B) Mueller-Hinton.
- (C) Stuart.
- (D) citrato de Simmons.
- (E) salina tamponada.

31 O antibiótico macrolídeo eritromicina possui ação principal em bactérias inibindo a síntese proteica ligando-se à subunidade 50S dos ribossomos bacterianos, impedindo a proliferação dos microrganismos, o que o leva a uma ação

- (A) de degradação da membrana.
- (B) proteolítica.
- (C) antisséptica.
- (D) bacteriostática.
- (E) bactericida.

32 Durante o exame microscópico das fezes de um paciente proveniente da zona rural, a observação “ovos na forma de um pequeno barril, com tampões mucoides nas extremidades” é indicativa de

- (A) *Ascaris lumbricoides*.
- (B) *Trichuris trichiura*.
- (C) *Hymenolepis* sp.
- (D) *Taenia* sp.
- (E) *Strongyloides* sp.



- 33 A identificação de grânulos de coloração rósea presentes em hemácias parasitadas por *P. vivax* quando coradas por corantes derivados do Romanowski, em pH tamponado (7,0 a 7,2), é descrita como granulações
- (A) neutrofílicas.
 - (B) tóxicas.
 - (C) de Schüffner.
 - (D) de Mac Namara.
 - (E) básicas.
- 34 O anticoagulante indicado para a realização das dosagens de TP e TPPA, que comumente vem acondicionado em tubos a vácuo de cor azul é o(a)
- (A) citrato de sódio.
 - (B) fluoreto de sódio.
 - (C) EDTA.
 - (D) heparina.
 - (E) ativador de coágulo.
- 35 O uso de soluções tampões em reações químicas está indicado quando há a necessidade de
- (A) impedir a variação do pH mantendo em um valor fixo por meio de uma solução em equilíbrio de base forte e seu ácido conjugado.
 - (B) estabilizar o pH ligeiramente acima ou abaixo do ponto de equilíbrio iônico de ácidos fracos.
 - (C) suprimir o efeito de degeneração proteica causado pela variação do pH ácido com o uso de solução em equilíbrio de base ou ácido fracos.
 - (D) manter a variação do pH em faixa estreita pelo uso de solução em equilíbrio de um ácido fraco e sua base conjugada.
 - (E) utilizar substâncias termolábeis que degeneram facilmente em pH extremamente ácido ou básico.
- 36 Um paciente adquire uma caixa de um anti-inflamatório não esteroideal em uma farmácia e, dois dias depois, decide devolvê-lo sem que a caixa tenha sido violada, alegando que se arrependeu da compra. O farmacêutico, proprietário do estabelecimento, resolveu aceitar o medicamento de volta e devolver o valor pago, mas descartou o medicamento. Esta atitude está
- (A) errada, porque não se pode aceitar o retorno de medicamento após a dispensação.
 - (B) correta, porque a RDC Anvisa nº 44, de 17 de agosto de 2009, estabelece que o consumidor tem direito à devolução do medicamento até 72 horas após a compra.
 - (C) errada, pois o medicamento precisa ser devolvido lacrado em até 24 horas para que possa retornar ao estoque da loja.
 - (D) superdimensionada, porque, apesar de ser louvável a aceitação da devolução do medicamento, não havia a necessidade do descarte do medicamento.
 - (E) correta, pois o medicamento pode ter perdido a estabilidade durante o período em que não esteve sob a guarda do farmacêutico.
- 37 O edulcorante contraindicado para pacientes portadores da doença genética fenilcetonúria é o(a)
- (A) aspartame.
 - (B) sacarina.
 - (C) sucralose.
 - (D) stévia.
 - (E) sorbitol.
- 38 O mecanismo de ação da dipirona está relacionado à(ao)
- (A) inibição seletiva da enzima COX-2.
 - (B) bloqueio da produção de prostaglandinas.
 - (C) ruptura da estrutura molecular dos prostanoídeos.
 - (D) competição por receptores alostéricos do substrato.
 - (E) estímulo na produção de prostaglandinas, leucotrienos e tromboxanos.



- 39 Em condições em que há baixa mobilidade de espermatozoides e não se pode determinar, por análise microscópica, se os imóveis estão mortos, colorações supravitais podem ser utilizadas, como é o caso da
- (A) hematoxilina-eosina.
 - (B) eosina-azul de metileno.
 - (C) eosina-niogrosina.
 - (D) hematoxilina-azul de metileno.
 - (E) hematoxilina-nigrosina.
- 40 O teste de diagnóstico imunológico que detecta anticorpos virais ou de outros tipos na amostra do paciente por meio da reação com antígenos-alvo imobilizados em uma membrana é conhecido como
- (A) ELISA.
 - (B) teste de fixação do complemento.
 - (C) Western blot.
 - (D) teste de aglutinação.
 - (E) imunoeletroforese.
- 41 Durante a fiscalização de uma farmácia pela vigilância sanitária, foi verificado que o farmacêutico utilizava vestimenta idêntica aos demais funcionários, não possibilitando a distinção de sua função. Foi realizada a notificação para que este item fosse observado. O farmacêutico responsável técnico pela farmácia recusou-se a assinar o termo de visita, alegando que somente o Conselho Regional de Farmácia tem atribuição legal para fiscalizar o farmacêutico. A atitude desse farmacêutico está
- (A) errada, pois a RDC Anvisa nº 44, de 17 de agosto de 2009, estabelece que deve haver clara distinção do farmacêutico em relação aos demais funcionários.
 - (B) correta, pois não compete à Vigilância Sanitária a fiscalização de assuntos relativos ao serviço farmacêutico.
 - (C) errada, pois o farmacêutico é obrigado a assinar termo de visita ou inspeção seja da Vigilância Sanitária, seja do CRF.
 - (D) correta, pois a RDC Anvisa nº 44, de 17 de agosto de 2009, estabelece que cabe à Vigilância Sanitária comunicar ao conselho de classe sobre infrações desse tipo e cobrar as providências tomadas.
 - (E) errada, porque a Vigilância Sanitária só pode tomar decisões desse tipo quando a visita ou inspeção for acompanhada de fiscal do CRF.
- 42 Um farmacêutico faltou ao trabalho por motivo de falecimento de seu pai, mas comunicou sua ausência somente a seu empregador e não ao Conselho Regional de Farmácia (CRF). A conduta neste caso está
- (A) errada, uma vez que há obrigação de manifestar o comunicado de ausência ao CRF em até 24 horas para que o empregador providencie substituto para o período de ausência.
 - (B) correta, pois o farmacêutico e a empresa têm o direito de defesa garantido, caso o estabelecimento venha a ser atuado pela fiscalização do CRF.
 - (C) errada, porque toda ausência precisa ser comunicada imediatamente ao empregador que, por sua vez, tem a obrigação de comunicar ao CRF em até 72 horas.
 - (D) correta, pois é o empregador que assume a responsabilidade de substituir o farmacêutico na ausência deste.
 - (E) errada, pois o farmacêutico tem o dever de comunicar, por escrito, ao CRF o ocorrido cinco dias úteis após o fato.



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RESGUEINHO